



**TERMO DE CONVÊNIO Nº XX/2016 QUE ENTRE SI
CELEBRAM O ESTADO DO TOCANTINS, POR INTERMÉDIO
DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DA
AGRICULTURA E PECUÁRIA, E O SINDICATO RURAL DE
LAGOA DA CONFUSÃO, PARA FINS QUE ESPECIFICA.**

O **ESTADO DO TOCANTINS**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 01.786.029/0001-03, com sede no Palácio Araguaia, Praça dos Girassóis, s/nº, nesta Capital, por intermédio da **SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA**, inscrito no CNPJ nº 25.089.137/0001-95, situada Av. NS 10, 112 Norte, CEP 77006-168, nesta Capital, neste ato representado pelo Secretário de Estado, Senhor **CLEMENTE BARROS NETO**, nomeado pelo Ato nº 31 – NM Diário Oficial nº 4.288, dia 02 de janeiro de 2015, doravante denominado **CONCEDENTE**, e o **SINDICATO RURAL DE LAGOA DA CONFUSÃO**, pessoa jurídica inscrita no CNPJ nº 01.877.0400/0001-89, sediada à Rua Martins Paz Silva – Lagoa da Confusão – TO CEP: 77.493-000 neste ato representado pelo Presidente, o Senhor (a) **ELDER PAULO SANFRA**, portador da cédula de identidade RG nº 5.032.156.456 SSP/RS, inscrito (a) no CPF sob nº 424.844.210-87, residente e domiciliado (a) Rua Manoel Pereira Alves centro Lagoa da Confusão - TO, doravante denominada **CONVENENTE**.

RESOLVEM celebrar o presente Termo de Convênio, conforme minuta examinada pela ASJUR/SEAGRO através do Parecer nº xxxxxx opinativo, acostado no processo administrativo nº 2016.33000.000xxx sujeitando-se os partícipes às disposições contidas na Lei nº 8.666/93, e suas alterações, Instrução Normativa/TCE-TO nº. 004/04, IN-STN nº. 001/97 e suas alterações, Portaria Interministerial CGU/MF/MP 507/2011 e demais legislações aplicáveis à matéria, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO: O presente CONVÊNIO tem por objeto o repasse ao CONVENENTE do valor de R\$ xxxxx (xx), proveniente de emenda Parlamentar, e R\$ xxxxx (xx) recurso do tesouro a fim de apoiar a realização da xxxx Exposição Agropecuária a ser realizadas nos dias xx a xx, tendo como objeto principal, xx.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PLANO DE TRABALHO: Para alcance do objeto pactuado, os partícipes obrigam-se a cumprir o Plano de Trabalho especialmente elaborado e que passa a fazer parte integrante deste CONVÊNIO, independente de



transcrição, o qual vem acostado as fls.xx / xx nos autos do processo administrativo n. 2016.33000.000xxx.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES:

I – A CONCEDENTE compete:

- a) Orientar, supervisionar e fiscalizar o trabalho conveniado, cabendo-lhe, especialmente, acompanhar as atividades e ações a serem executadas; verificar a exata aplicação dos recursos deste CONVÊNIO e avaliar os resultados;
- b) Promover o repasse do recurso financeiro, de acordo com o Cronograma de Desembolso.
- c) Responsabilizar-se pelo planejamento estratégico, normatização, coordenação e auditoria das atividades do presente CONVÊNIO, através da Diretoria de Política para Pecuária;
- d) Facultar ao CONVENIENTE a utilização de dados e informações técnicas necessárias ao desempenho das atividades do presente CONVÊNIO e do seu Plano de Trabalho;
- e) Atribuir ao(a) Diretor(a) da Diretoria de Política para Pecuária as funções de supervisão da execução das ações decorrentes deste
- f) CONVÊNIO, de assessoramento no planejamento estratégico e da realização das auditorias técnicas;
- g) Assinado o CONVÊNIO, dar ciência à Assembleia Legislativa, nos termos do parágrafo 2º, do art. 116 da Lei nº. 8.666/9.

II – Ao CONVENIENTE, compete:

- a) Executar direta ou indiretamente os trabalhos necessários à consecução do objeto deste CONVÊNIO, observando os critérios de qualidade técnica, prazos e custos previstos no Plano de Trabalho;
- a) Alocar recurso financeiro, de acordo com as necessidades de desenvolvimento do CONVÊNIO, para composição de contrapartida;





- b) Proporcionar condições institucionais, técnicas e operacionais capazes de atender às necessidades de execução das ações constantes do CONVÊNIO e do Plano de Trabalho;
- c) Aplicar os recursos repassados pela CONCEDENTE inclusive os rendimentos de aplicação no mercado financeiro, bem como os correspondentes a sua contrapartida, exclusivamente no objeto do presente CONVÊNIO;
- d) Apresentar os relatórios de execução físico-financeira e prestar contas do recurso recebido, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do término da vigência, observada a forma prevista na IN/TCE nº 04/2004, IN-STN nº 01/97 e suas
- e) respectivas alterações, Portaria Interministerial CGU/MF/MP 507/2011 e demais legislações aplicáveis à matéria.
- f) Manter registros contábeis e controles financeiros separados, de forma adequada a refletirem, de acordo com as práticas de contabilidade geralmente aceitas, as operações, recursos e despesas referentes à execução do CONVÊNIO;
- g) Manter durante a execução do convênio as condições de habilitação previstas no artigo 55 da lei n. 8666/93.
- h) Fornecer à CONCEDENTE, sempre que solicitadas, informações quanto aos registros, às contas e às auditorias realizadas;
- i) Propiciar no local, os meios e condições necessárias para que a CONCEDENTE possa realizar as inspeções;
- j) Arcar com quaisquer ônus de natureza trabalhista, previdenciária ou social, acaso decorrentes da execução do presente instrumento;
- k) Restituir eventual saldo de recursos à CONCEDENTE, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras, no prazo de 30 (trinta) dias da conclusão, extinção, denúncia ou rescisão do presente CONVÊNIO;
- l) Restituir ao Estado do Tocantins, nas hipóteses previstas no inciso XII do art. 7º da IN-STN nº 01/97 e sem embargos do constante no § 6º do art. 116 da Lei 8.666/93, o valor transferido atualizado monetariamente, desde a data do





recebimento, acrescido de juros legais, na forma da legislação aplicável aos débitos para com a Fazenda Nacional;

m) Recolher a conta da Unidade Concedente o valor correspondente a rendimento de aplicação financeira no mercado financeiro, nos termos do inciso VIX do art. 7º da IN-STN nº

n) 01/97 correspondente ao percentual da contrapartida pactuada, não aplicada na consecução do objeto do CONVÊNIO;

o) Recolher a conta da Unida Concedente o valor correspondente a rendimento de aplicação financeira no mercado financeiro, nos termos do inciso XIV do art. 7º da IN-STN nº. 01/97;

p) Os recolhimento e restituições anteriormente previstos, quando ocorrerem no exercício seguinte ao da liberação, deverão ser efetuados diretamente ao Tesouro Estadual;

q) O CONVENIENTE sujeitar-se-á quando da execução de despesas com os recursos transferidos às disposições da Lei nº 8.666/93, especialmente a licitação e contratos, admitida a possibilidade de licitação prevista na Lei nº 10.520/02, nos casos em que especifica, conforme determina o art. 27 da IN-STN nº 01/97.

CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS:

Para execução das atividades previstas neste CONVÊNIO, no presente exercício, dar-se-á o valor de R\$ xxxx (xx), oriundos de emenda parlamentar, conforme Programa de Trabalho nº. 20691100120310000, fonte nº 01042016xx, natureza da despesa nº xx.xx.xx e R\$ xxxx (xx), oriundos de recurso do tesouro, fonte xxx, natureza da despesa nº xx.xx.xx

Parágrafo único- O presente recurso não haverá contrapartida por parte do Conveniente, por se tratar de Emenda Parlamentar.

CLÁUSULA QUINTA – DA LIBERAÇÃO DO RECURSO: O recurso financeiro será liberado em parcela única, de acordo com o Cronograma de Desembolso constante no Plano de Trabalho, a partir da publicação deste CONVÊNIO no Diário Oficial do Estado do Tocantins.





Parágrafo único: O recurso financeiro liberado será depositado e gerido em conta corrente do Banco do Brasil.

CLÁUSULA SEXTA – DA MOVIMENTAÇÃO DO RECURSO: O recurso financeiro referente ao presente CONVÊNIO será mantido na Conta Corrente nº. xx, Agência nº xx.

Parágrafo primeiro: O recurso será mantido em conta bancária específica, somente sendo permitidos saques para o pagamento de despesas previstas no Plano de Trabalho, mediante cheque nominativo ao credor ou ordem bancária, ou para aplicação no mercado financeiro, obedecendo ao seguinte critério:

I – Os recursos transferidos, enquanto não empregados na sua finalidade, serão aplicados obrigatoriamente:

- a) Em caderneta de poupança de instituição financeira oficial, se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês;
- b) Em fundo de aplicação financeira de curto prazo, ou operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública federal, quando sua utilização estiver prevista para prazos menores de 01 (um) mês.

Parágrafo segundo: Os rendimentos das aplicações financeiras serão, obrigatoriamente, aplicados no objeto deste CONVÊNIO, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidos para os recursos transferidos.

Parágrafo terceiro: As receitas oriundas dos rendimentos da aplicação de mercado financeiro não poderão ser computadas como contrapartida devida pelo CONVENIENTE.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA EXECUÇÃO: O presente CONVÊNIO deverá ser fielmente executado pelas partes, de acordo com as cláusulas pactuadas e a legislação pertinente, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Parágrafo único: O prazo para execução do presente CONVÊNIO será aquele previsto no Plano de Trabalho, parte integrante deste.



CLÁUSULA OITAVA – DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO: Fica assegurado ao CONCEDENTE, através dos órgão responsáveis, a prerrogativa de conservar a autoridade normativa e o exercício do controle e da fiscalização sobre a execução deste CONVÊNIO.

Parágrafo primeiro: No caso de paralisação, ou de fato relevante que venha a ocorrer, fica, também assegurado a CONCEDENTE a faculdade de assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do serviço, de modo a evitar sua descontinuidade.

Parágrafo segundo: Aos servidores da Controladoria Geral do Estado, investidos da missão de fiscalização ou auditorias, fica garantido o livre acesso, a qualquer tempo e lugar, a todos os atos e fatos relacionados direta e indiretamente com o presente CONVÊNIO.

CLÁUSULA NONA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA: O prazo de vigência do presente CONVÊNIO terá seu termo inicial contado a partir da sua assinatura, tendo seu termo final em xx de xx de 2016, podendo ser prorrogado ou alterado se houver interesse das partes.

Parágrafo único: Havendo atraso na liberação do recurso, o prazo será prorrogado de ofício pelo CONCEDENTE, pelo exato período do atraso verificado.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA ALTERAÇÃO: O presente CONVÊNIO poderá ser alterado através de TERMO ADITIVO, mediante proposta do CONVENIENTE, devidamente justificada, a ser apresentada em prazo mínimo de 30 (trinta) dias antes do término de sua vigência, que vier a ser fixado pelo ordenador de despesa do CONCEDENTE, levando-se em conta o tempo necessário para análise e decisão.

Parágrafo primeiro - O CONCEDENTE rejeitará qualquer proposta de aditamento que versar sobre alteração do objeto deste CONVÊNIO, entendido como tal a modificação, ainda que parcial, da finalidade definida no correspondente Plano de Trabalho.

Parágrafo segundo - O CONVENIENTE poderá propor, excepcionalmente, a reformulação do Plano de Trabalho para alteração da programação da execução deste CONVÊNIO, que será apreciada pelo CONCEDENTE.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO: O presente CONVÊNIO poderá ser denunciado pelos partícipes e rescindido a qualquer momento, ficando as partes responsáveis pelas obrigações decorrentes do tempo de vigência, e creditando-se lhes, igualmente, os benefícios adquiridos no mesmo período.



Parágrafo único - O inadimplemento de qualquer CLÁUSULA deste instrumento, a utilização de recursos em desacordo com o Plano de Trabalho, a aplicação de recursos no mercado financeiro em desacordo com o disposto no § 1º da Cláusula Sexta, bem como a falta de apresentação da Prestação de Contas Final, no prazo previsto, ensejará a sua rescisão, com a imediata instauração da competente Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS FINAL: O CONVENENTE ficará sujeito a apresentar a Prestação de Contas Final do total de recursos recebidos, até 60 (sessenta) dias após o término da vigência do convênio, que será constituída de relatório de cumprimento do objeto, acompanhada de:

- a) Plano de Trabalho, integrante deste CONVÊNIO;
- b) Cópia do presente Instrumento, com a indicação da data de sua publicação;
- c) Anexos I, II, III, IV, V, VI e VII, da Instrução Normativa TCE-TO nº 04/2004, devidamente preenchidos;
- d) Extrato da conta bancária específica do período do recebimento da 1ª parcela até o último pagamento e conciliação bancária, quando for o caso;
- e) Cópia do termo de aceitação definitiva da obra se for o caso;
- f) Comprovante de recolhimento do saldo de recursos se houver;
- g) Cópia do despacho adjudicatório e homologação das licitações realizadas ou justificativa para sua dispensa ou inexigibilidade com o respectivo embasamento legal;
- h) Demais documentos previstos no art. 4º da IN/TCE-TO nº 04/2004, quando for o caso.

Parágrafo primeiro - As faturas, notas fiscais, recibos e quaisquer outros documentos comprobatórios de despesas serão emitidos em nome do CONVENENTE, com a identificação do título e número deste CONVÊNIO e mantidos em arquivo em boa ordem, nas dependências do CONVENENTE, à disposição dos órgãos de controle interno e externo, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contada da aprovação da prestação ou tomada de contas do Gestor da CONCEDENTE, relativa ao exercício em que ocorreu a concessão.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS: O CONVENENTE compromete-se a restituir à CONCEDENTE:

I - O valor transferido, atualizado monetariamente, acrescido de juros legais, na forma da legislação aplicável aos débitos para com a Fazenda Nacional, a partir da data de seu recebimento, nos seguintes casos:



- a) Inexecução do objeto;
- b) Falta de apresentação da prestação de contas parcial ou total, no prazo exigido; e.
- c) Utilização dos recursos em finalidade diversa da estabelecida no presente CONVÊNIO.

II - O valor, atualizado monetariamente, na forma prevista no inciso XII do art. 7º da IN/STN nº 01/97, correspondente ao percentual da contrapartida pactuada, não aplicada na consecução do objeto do convênio.

III - O valor correspondente a rendimentos, de aplicação no mercado financeiro, referente ao período compreendido entre a liberação do recurso e sua utilização, quando não comprovar o seu emprego na consecução do objeto deste CONVÊNIO ainda que não tenha feita aplicação.

IV - Os eventuais saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas em aplicações financeiras realizadas, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, contados da data da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção deste CONVÊNIO.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA DIVULGAÇÃO: Em qualquer ação promocional, em função deste CONVÊNIO deverá ser, obrigatoriamente, consignado que o evento, peça, curso ou material só foi possível mediante a participação da CONCEDENTE através do Convênio/Secretaria de Desenvolvimento da Agricultura e Pecuária nº XX/2016. Inclui-se nessa obrigação matéria jornalística destinada à divulgação, em qualquer veículo de comunicação social, convites, folhetos, impressos em geral, tanto para circulação interna como externa.

Parágrafo primeiro - As peças ou comprovantes resultantes do cumprimento desta Cláusula serão anexadas à prestação de contas submetidas à análise da CONCEDENTE.

Parágrafo segundo - Fica vedado às partes utilizar nos empreendimentos resultantes deste CONVÊNIO nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO: A publicação resumida deste CONVÊNIO, no Diário Oficial do Estado, será providenciada pela CONCEDENTE até



o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao da assinatura, para ocorrer no prazo de até 20 (vinte) dias daquela data.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO: Para dirimir quaisquer questões decorrentes deste CONVÊNIO, que não possam ser resolvidos pela mediação administrativa, as partes elegem o foro especial da Comarca de Palmas – TO.

E por estarem assim justas e de acordo, firmam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Palmas - TO, xx de xx de 2016.

Clemente Barros Neto
Secretário de Estado
CONCEDENTE

XXXXXXXXXXXX
CONVENENTE

TESTEMUNHAS:

1) _____

2)

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:



DESPACHO/GASEC nº. 218 /2016

Processo nº. 2016.3300.000247

Interessado: **SEAGRO**

SGD nº 2016/33009/00 7844

Ref.: Celebração de Convênio – Sindicato Rural de Lagoa da Confusão.

Trata-se de requerimento de autoria do Sindicato Rural da Lagoa da Confusão, solicitando apoio para realização da XVI Exposição Agropecuária de Lagoa da Confusão EXPOLAGOA 2016, que será realizada no período de 10 a 17 de julho do corrente ano, no valor total de R\$ 171.500,00 (cento e setenta e um mil e quinhentos reais), sendo R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), oriundos de emenda parlamentar do Dep. Paulo Mourão e R\$ 21.500,00 (vinte e um mil e quinhentos reais), provenientes de repasse por esta Secretaria.

Verifica-se que a finalidade do evento apresentado pelo Sindicato acima citado, atende ao interesse público perseguido pelo programa de governo indicado, cuja competência para execução cabe a esta Pasta.

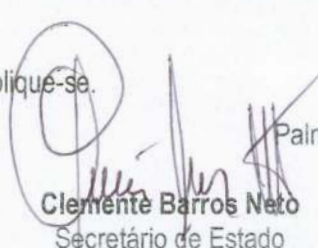
Assim, diante do interesse público identificado no presente, no uso das atribuições de conveniência e oportunidade que norteiam os atos desta Gestão, é o presente para autorizar a formalização de convênio, nos termos da minuta analisada pela ASJUR/SEAGRO, através do Parecer opinativo.

Desta forma, devolva-se a área fim para formalização do Termo de Convênio, devendo esta observar o prazo de vigência dos documentos de regularidade fiscal e trabalhista, além de dar publicidade aos atos e enviar comunicação à casa de leis, quanto ao ajuste celebrado.

Ademais, ratificam-se todas as justificativas motivadoras deste ato constantes nos autos em epígrafe.

Cumpra-se. Publique-se.

Palmas – TO, 27 de junho de 2016.


Clemente Barros Neto
Secretário de Estado

Clemente Barros Neto
Secretário de Estado
Mat.: 1162263 - SEAGRO-TO





PARECER nº 103/2016
SGD: 2016/33009/007849

Processo nº.: 2016.33000.000226
Interessado: SEAGRO

Ref.: Formalização de Termo de Convênio.

RELATÓRIO

Foram os autos encaminhados a esta Assessoria Jurídica, para análise e parecer quanto à minuta do ajuste a ser formalizado com Sindicato Rural de Lagoa da Confusão, para realização da XVI Exposição Agropecuária de Lagoa da Confusão- EXPOLAGOA/2016, a realizar-se no período de 10 a 17 de julho do corrente ano, no valor total de R\$ 171.500,00 (cento e setenta e um mil e quinhentos reais), sendo R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), proveniente de Emenda Parlamentar do Deputado Paulo Mourão e R\$ 21.500,00 (vinte e um mil e quinhentos reais), oriundo de repasse desta Secretaria.

Em análise aos autos, cabe indicar que este, até a presente data, encontra-se instruído com os seguintes documentos:

- ✓ Ofício para apoio ao evento, fls. 02;
- ✓ MEMO/ SEAGRO/ASTEP Nº 063/2016, fls.03;
- ✓ Plano de trabalho, fls. 09/12;
- ✓ Orçamento de Empresas diversas, fls.13/18;
- ✓ Comprovante de situação cadastral junto a Receita Federal, fls. 19;
- ✓ Estatuto de Constituição do Sindicato, cópia devidamente conferido com o original, as fls.20/37;
- ✓ Ata de posse dos Titulares e Suplentes, cópia devidamente conferida com o original, as fls.38/39
- ✓ Ata de Reunião e Nomeação do Vice-Presidente do Sindicato, cópia devidamente conferido com o original, as fls.41;
- ✓ Comprovante de endereço do Sindicato, fls.42;
- ✓ Contrato de abertura de conta corrente, documento de abertura e extrato zerado da conta, fls. 43/45;



Assinatura
004



- ✓ Documentos pessoais do Presidente do Sindicato, cópia devidamente conferido com o original, as fls.46;
- ✓ Comprovante de endereço do Presidente, fls.47;
- ✓ Declaração de Inexistência de Vínculo, fls. 48;
- ✓ Declaração de Adimplência, as fls.49;
- ✓ Termo de Autorização, fls.51;
- ✓ Declaração Pública, as fls.52;
- ✓ Declarações de Funcionamento Regular, as fls.54/56;
- ✓ Documentos relativos à regularidade fiscal e trabalhista, fls.57/61;
- ✓ Notificação, fls.66;
- ✓ Despacho do setor de Convênios, fls. 70;
- ✓ Despacho da Área Técnica responsável de viabilidade técnica do plano de trabalho, fls. 72;
- ✓ Documentos de natureza orçamentária e financeira, fls. 73/75;
- ✓ Minuta do Termo de Convênio, fls. 80 e ss.

É o relatório necessário.

DA ANÁLISE JURÍDICA

Preliminarmente cabe salientar, que a presente manifestação toma por base, os elementos que constam até a presente data nos autos do processo administrativo em epígrafe, incumbindo a esta Assessoria prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico, não lhe competindo adentrar à conveniência e à oportunidade dos atos praticados no âmbito desta Pasta, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnica ou administrativa.

A celebração de Termo de Convênio no âmbito da Administração Pública fundamenta-se nos termos do artigo 2º, parágrafo único da Lei nº 8.666/93, Lei n. 10.707/03, na IN/TCE-TO nº 004, de 14/04/2004, IN-STN nº. 01/97, por analogia, o Decreto Federal nº 6.170/ 2007, Portaria MP/MF/AGU nº 127/08 e Portaria Interministerial CGU/MF/MP 507/2011.



[Handwritten signature]
[Handwritten initials]



Importante indicar que convênio é uma manifestação de natureza contratual. Por isso, os princípios basilares contidos na legislação sobre contratações administrativas deverão ser obrigatoriamente observados mesmo quando o vínculo jurídico se estabelecer entre órgãos estatais diversos, ainda quando não integrantes do Poder Executivo. Assim, os Termos de Colaboração deverão ser estabelecidos obrigatoriamente por escrito, com prazos de vigência e cláusulas que atendam as determinações legais.

(Marçal Justem Filho em Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, p.524)

Seguindo a Instrução Normativa/STN nº 01/97 (art. 1º, § 1º, inc. I), conceitua os convênios como: *"Termo de Convênio é qualquer avença que discipline a transferência de recursos públicos e tenha como participe órgão da administração Pública federal direta, autárquica ou fundacional, empresa pública ou sociedade de economia mista que estejam gerindo recursos dos orçamentos da União visando à execução de programas de trabalho, projeto/atividade ou evento de interesse recíproco, em regime de mútua cooperação."*

Logo, considerando o objeto dos autos, resta evidente que o Termo de Convênio é o instrumento hábil a formalizar a relação jurídica pretendida entre as partes, quais sejam esta Pasta e o SINDICATO RURAL DE LAGOA DA CONFUSÃO.

Contudo, devem ser observadas as diretrizes normativas que regulam todos os atos públicos. A respeito segue disposições constantes no art. 116 da Lei 8.666/93:

Art. 116. Aplicam-se as disposições desta Lei, no que couber, aos convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres celebrados por órgãos e entidades da Administração.

Nesse particular confira-se a seguinte decisão proferida pelo Tribunal de Contas do Rio de Janeiro:

Termo aditivo. Convênio. Aplicam-se aos convênios, no que couber, as disposições da Lei 8.666/93, incluindo-se a regra do caput do art. 71, que determina o ônus para



Marçal
OK



o contratado dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (TCERJ, Proc. 20.781-8/94, REL. Cons. José Luiz de Magalhães Lins, J. EM 8.7.1997, rtcerj N. 37. JUL./SET. 1997, P. 128)

Acerca da adimplência da entidade conveniente, assim dispõe o artigo 25, parágrafo primeiro, inciso IV da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal):

Art. 25. [...]

§ 1º São exigências para a realização de transferência voluntária, além das estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias:

[...]

IV – comprovação por parte do beneficiário, de:

a) que se acha em dia quanto ao pagamento de tributos, empréstimos e financiamentos devidos ao ente transferidor, bem como quanto à prestação de contas de recursos dele anteriormente recebidos;

Pelos conceitos e normativas citadas, torna-se necessário, para a formalização do ato pleiteado, observar o atendimento de alguns pressupostos legais, que deverão instruir o procedimento. Assim, passemos a análise:

Habilitação Jurídica: Quanto a este pressuposto verifica-se: a) ESTATUTO: consta Estatuto Social do Sindicato, cópia devidamente conferido com o original, estando regular nesse quesito, fls. 20/37, b) ATA DE POSSE: constata-se cópia, devidamente conferido com o original, fls. 38/39 e 41, portanto, regular neste quesito, c) CADASTRO CNPJ: verifica-se comprovante extraído do site da Receita Federal, às fls. 19, d) ENDEREÇO DO SINDICATO: vem acostado cópia conferido com original, cópia às fls. 42; portanto, regular nesse quesito, e) DOCUMENTOS PESSOAIS DO REPRESENTANTE LEGAL: cópia devidamente conferido com o original, fls. 46 portanto regular nesse quesito.

Habilitação fiscal: tais documentos vêm acostados nos autos, permanecendo algumas certidões com prazo de vigência expirado, recomenda-se que o setor responsável atualize as mesmas antes da formalização do presente convênio. **O que condiciona o feito.**



Assinatura
Elt



Relação Nominal atualizada dos dirigentes do Sindicato, com Cadastro de Pessoas Físicas – CPF: Não constata-nos autos, condicionando o feito nos termos do inciso II do art. 22 da Portaria Interministerial CGU/MF/MP 507/2011.

Declarações de funcionamento: Constata-se as fls. 54/56 declarações de funcionamento do Sindicato expedidas, respectivamente, pelos Vereadores Municipal, conforme determina o art. 32, inciso IV da Lei nº 10.707/03.

Declaração de que não há dirigentes elencados no inciso II, Art. 10, da Portaria Interministerial nº 507/2011: Constata-se nos autos Declaração que comprova que os Membros dirigente do Sindicato não sejam agentes políticos de Poder ou do Ministério Público, tanto quanto dirigente de órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera governamental, ou respectivo cônjuge ou companheiro, bem como parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, às fls. 52.

Minuta do Termo de Convênio: esta vem acostada aos autos as fls.80 e seguintes, possuindo estrutura irredutível conforme definida pelo art. 55 da Lei 8.666/93, reunindo assim, elementos essenciais exigidos pela legislação aplicável à espécie, estando apta a ser utilizada.

Autorização do Gestor: Considerando o princípio da motivação dos atos públicos, verifica-se nos autos justificativa/autorização do Gestor quanto ao objeto sob análise, afim de demonstrar a satisfação do interesse público a ser perseguida norteadora do ato sob análise.

Recomenda-se que seja observado o lapso temporal necessário para as áreas técnicas analisarem os procedimentos desta natureza, sob pena de inexecução do ajuste e inaplicabilidade dos recursos financeiros a serem transferidos. Recomendamos que os documentos sejam colacionados aos autos no prazo mínimo de 30 (trinta) dias antes da realização das feiras agropecuárias.



[Assinatura manuscrita]

[Assinatura manuscrita]



CONCLUSÃO

Diante do exposto, esta ASJUR opina pela possibilidade jurídica da formalização do Convênio com o **SINDICATO RURAL DE LAGOA DA CONFUSÃO**, desde que observadas e atendidas todas as condicionantes impostas neste opinativo previamente a formalização do ajuste. Ressalta-se que, caso não sejam atendidas as condicionantes, esta ASJUR não recomenda o prosseguimento do feito. Ainda, que, antes da materialização do ato sejam observadas a vigência de todos os documentos de regularidade fiscal e trabalhista.

Ademais, considerando o opinativo proferido e que este versa tão somente quanto ao aspecto legal do objeto sob análise, cabe ao Gestor desta Pasta, abstrair-se quanto aos aspectos técnico-administrativos não sujeitos ao crivo desta Assessoria Jurídica, inclusive quanto à conveniência e oportunidade, devendo, tomar conhecimento do presente.

Encaminhem-se os autos ao setor financeiro, para o devido Empenho.

É o Parecer que se submete à consideração superior.

Palmas - TO, 27 de junho de 2016.


Erika Batista Halun
Assessoria Jurídica

De acordo: 
Marina Jabur
Assessora Jurídica





DESPACHO/SEAGRO/ASJUR nº 143/2016

Processo nº: 2016.3300.000247

Interessado: SEAGRO

SGD nº: 2016/33009/007864

Ref.: Continuidade

Realizado os procedimentos que, até o momento, competia a esta Assessoria Jurídica, encaminhe-se os autos ao GEFIN para o devido Emprenho e demais providências que entender necessárias, após retornem-se os autos a esta Assessoria.

Palmas – TO, 27 de junho de 2016.


Erika B. Halum
Assessoria Jurídica





GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

NOTA DE EMPENHO - NE

No. do Documento: 2016NE00545 Data de emissao: 28/06/2016 Gestao: 00001

UG Descricao
330100 SECRETARIA DO DES. DA AGRICULTURA E PECUARIANo. Processo
2016 3300 0247
CNPJ/MF
01877040-0001/89

Credor: SINDICATO RURAL DE LAGOA DA CONFUSÃO.

Endereco: RUA MARTINS PAZ DA SILVA N°1667 SALA 03
Cidade: LAGOA DA CONFUSAO UF: TO CEP: 77493000 Origem Material

Esfera Evento UO Programa de Trabalho Fonte Nat.Desp. UGR PI
1 400091 33010 20573114820100000 0104201616 335041 330100Ref.Dispensa: 8.666/93 Empenho Orig.: Acordo:
Licitacao : 08 NAO APLICAVEL Modalidade: 1 ORDINARIO
Saldo Anterior Valor do Empenho: R\$ Saldo Disponivel
*****150.000,00 *****150.000,00
=====CENTO E CINQUENTA MIL REAIS*****

Subitens da Despesa:

04 150.000,00

| Janeiro | Fevereiro | Marco | CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO PREVISTO |
|---------|-----------|-----------------------------|---|
| Abril | Maio | Junho | |
| | | 150.000,00 | |
| Julho | Agosto | Setembro | |
| Outubro | Novembro | Dezembro Exercicio Seguinte | |

| ITEM | UNID. | ESPECIFICACAO | QTDE | PRECO UNITARIO | PRECO TOTAL |
|------|-------|--|------|----------------|-------------|
| 1 | REPA | ATENDER DESPESA COM EMEND A PARLAMENTAR DO DEP. PAU LO MOURÃO, EM APOIO A XV EXPOSIÇÃO AGROPECUARIA DE LAGOA DA CONFUSÃO, ENTRE OS DIAS 10 A 17 /07 2016. SGD N° 3660. | 1 | 150.000,00 | 150.000,00 |

TOTAL OU A TRANSPORTAR =====> R\$ *****150.000,00
=====

Local e Data da Entrega

PALMAS TO

28/06/2016

RESPONSAVEL PELA EMISSAO

617696221/87 - SEBASTIAO BORGES DE AGUIAR

ORDENADOR DE DESPESA

Pag.

IMPRESSO PELO SIAFEM 1

José Humberto de Oliveira
Diretor de Adm. e Finanças
Mat.: 532920 SEAGRO-TO
Clemente Barros Neto
Secretário de Estado
Mat.: 1162268 SEAGRO-TO



GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

NOTA DE EMPENHO - NE

No. do Documento: 2016NE00546 Data de emissao: 28/06/2016 Gestao: 00001

UG Descricao
330100 SECRETARIA DO DES. DA AGRICULTURA E PECUARIANo. Processo
2016 3300 0247
CNPJ/MF
01877040-0001/89

Credor: SINDICATO RURAL DE LAGOA DA CONFUSAO.

Endereco: RUA MARTINS PAZ DA SILVA N°1667 SALA 03
Cidade: LAGOA DA CONFUSAO UF: TO CEP: 77493000 Origem MaterialEsfera Evento UO Programa de Trabalho Fonte Nat.Desp. UGR PI
1 400091 33010 20573114820100000 0100888888 335041 330100Ref.Dispensa: 8.666/93 Empenho Orig.: Acordo:
Licitacao : 08 NAO APLICAVEL Modalidade: 1 ORDINARIO
Saldo Anterior Valor do Empenho: R\$ Saldo Disponivel
*****21.500,00 *****21.500,00
=====VINTE E UM MIL E QUINHENTOS REAIS*****

Subitens da Despesa:

04 21.500,00

| | | | |
|---------|-----------|--------------------|---|
| Janeiro | Fevereiro | Marco | CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO PREVISTO |
| Abril | Maiο | Junho | |
| Julho | Agosto | Setembro | |
| Outubro | Novembro | Dezembro | |
| | | Exercicio Seguinte | |

| ITEM | UNID. | ESPECIFICACAO | QTDE | PRECO UNITARIO | PRECO TOTAL |
|------|-------|--|------|----------------|-------------|
| 1 | REPA | ATENDER DESPESA COM CONVENIO ENTRE A SEAGRO E O SINDICATORAL DE LAGOA DA CONFUSAO EM APOIO A REALIZACAO DA XV EXPOSICAO AGROPECUARIA ENTRE OS DIAS 10 A 17/07/2016, CONFORME PROCESSO. | 1 | 21.500,00 | 21.500,00 |

TOTAL OU A TRANSPORTAR =====> R\$ *****21.500,00

Local e Data da Entrega
PALMAS TO

28/06/2016

RESPONSAVEL PELA EMISSAO
617696221/87 - SEBASTIAO BORGES DE AGUIAR
ORDENADOR DE DESPESAPag.
IMPRESSO PELO SIAFEM 1José Humberto de Oliveira
Diretor de Adm. e Finanças
Mat.: 532920 SEAGRO-TOClemente Barros Neto
Secretário de Estado
Mat.: 1162268 - SEAGRO-TO

CHECK LIST

Celebração de Termo de Colaboração e Termo de Fomento com
Entidades Privadas sem fins lucrativosÓrgão: Sec. do Desenvolvimento da Agricultura e PecuáriaProcesso nº: 2016 3300 000247

Contrato nº: _____

Interessado: Sindicato Rural da Lagoa de Confusões

Termo de Colaboração: instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco propostas pela administração pública que envolvam a transferência de recursos financeiros. (Lei 13.019/14, art.16).

Termo de Fomento: instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco propostas pelas organizações da sociedade civil, que envolvam a transferência de recursos financeiros. (Lei 13.019/14, art. 17).

LEGENDA: S = SIM; N = NÃO; NA = NÃO SE APLICA

| Questões relativas aos documentos e procedimentos a serem considerados na instrução do processo de Termo de Colaboração e Termo de Fomento: | Responsável | S/N ou NA | Página |
|---|-------------|-----------|---------|
| FASE DE SOLICITAÇÃO | | | |
| 1. Consta nos autos Ofício endereçado ao Secretário de Estado, manifestando interesse social , com apresentação de proposta ao Poder Público para que seja avaliada a possibilidade de chamamento público objetivando a celebração de parceria, (Art. 18 da Lei 13.019/14 c/c art. 22 da Lei 13.019/14)?? | | S | 02 |
| 2. A celebração de Termo de Colaboração e Termo de Fomento foi autorizado pelo Ordenador de Despesas do órgão concedente , como cumprimento do ato inicial do procedimento de execução de despesa, tal qual consta inc. II, art. 15, do Decreto nº 5.378/2016? | | S | 03 e 74 |
| 3. Está anexado o Plano de Trabalho previamente aprovado, como exige art. 35, IV da Lei 13.019/14 e art. 4º, I, da IN-TCE/TO nº 004/2004, e rubricado em todas as folhas? | | S | 90 e 12 |





| | | | |
|---|--|-----|---------|
| 4. Quanto ao Plano de Trabalho , o objeto está descrito de forma clara, precisa e suficiente, constando especificação completa do bem a ser produzido ou adquirido e, no caso de obras, instalações ou serviços, o projeto básico ou termo de referência, conf. Art. 42, I ? | | S | 9 |
| 5. As razões apresentadas para a celebração do Termo de Colaboração e Termo de Fomento justificam a sua necessidade? | | S | 9 |
| 6. Existem metas qualitativas e quantitativas a serem atingidas e os respectivos prazos de execução do objeto , com previsão de início e fim , conforme art. 22 da Lei 13.019/14? | | S | 10 e 11 |
| 7. O cronograma e o plano de aplicação dos recursos a serem desembolsados pela concedente e a contrapartida financeira da entidade sem fins lucrativos ou Município, se for o caso, para cada projeto ou evento estão definidos de forma clara e suficiente , (art. 22 e 35 da Lei 13.019/14)? | | S | 12 |
| 8. Consta nos autos licença ambiental , quando o convênio envolver obras, instalações ou serviços que exijam estudos ambientais? | | N/A | |
| 9. Faz parte integrante do Plano de Trabalho a especificação completa do bem a ser produzido ou adquirido e, no caso de obras, instalações ou serviços , o projeto básico ou o termo de referência contendo os elementos discriminados, (art. 11, inc. III da Lei 13.019/14)? | | N/A | |
| 10. Foi realizada pesquisa prévia de mercado , a fim de comprovar os valores demandados, com efetiva constatação do preço real praticado no mercado? | | S | 13 e 18 |
| FASE DE AUTORIZAÇÃO | | | |
| 11. Foi Realizado o Chamamento Público, conforme exigido no art. 24 da Lei 13.019/14? Ou trata-se das exceções previstas nos artigos 29 e 30 da mesma lei? | | N/A | |
| 12. Na ausência do Chamamento Público consta publicação do Extrato da Justificativa, no site oficial da Administração Pública, na Internet e outros meios, na mesma data em que for efetivado (art. 31, § 1º da | | N/A | |





| | | | |
|--|--|-----|---------|
| Lei 13.019/14)? | | | |
| 13. Consta Declaração do Conveniente quanto aos recursos referentes à contrapartida para complementar a execução do objeto, quando previstos , devidamente assegurado? (art. 42, V) | | N/A | |
| 14. Consta Certidão de regularização junto ao Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins? (Art. 1º-A Lei nº 1.787/2007) | | N | |
| 15. Consta autorização ambiental conforme Resolução COEMA nº 07/2005 ? | | N/A | |
| 16. Consta Alvará de funcionamento emitido pela Prefeitura Municipal, quando for o caso? | | N | |
| 17. Consta o Parecer da assessoria jurídica da Unidade Gestora ou da Procuradoria Geral do Estado, conforme o caso, (art. 31 do Decreto 5.378/16)? | | S | 90 e 95 |
| 18. Consta o parecer de órgão técnico da administração pública, (art. 35, V Lei 13.019/14)? | | S | 72 |
| 19. Existe demonstração de dotação orçamentária para cobrir a despesa com a celebração do Termo, como consta no art. 60, da Lei 4.320/64 c/c à LDO vigente para o exercício, e art. 24, I da Lei 13.019/14? | | S | 07 e 75 |
| FASE DE SELEÇÃO / ESCOLHA | | | |
| 20. Consta comprovante de abertura de conta bancária específica para o convênio, com o número da conta e agência bancária, (Art. 51 e 53 da Lei 13.019/14)? | | S | 43 e 45 |
| 21. O Conveniente está adimplente com a prestação de contas dos recursos recebidos anteriormente de acordo com a LDO para o exercício, como também, inc. V, § 2º, art. 3º e art. 18, da IN-TCE/TO nº 004/2004, c/c alínea "a", IV, § 1º, art. 25 da LC nº 101/2000, e art. 39, II da Lei 13.019/14? | | N | |
| 22. Consta anexada Declaração de funcionamento regular da entidade beneficiária nos últimos três anos, emitida por 3 (três) autoridades locais como prevê a LDO para o exercício? | | S | 54 e 56 |
| 23. Consta cópia dos documentos do Responsável Legal pela Entidade (RG, CPF, Comprovante de Endereço, Ata de Nomeação, Termo de Posse, Ata de Eleição da Diretoria, conforme o caso)? | | S | 46 e 47 |
| 24. Foi anexada aos autos a documentação relativa à regularidade fiscal , exigidas no art. 34, II da Lei | | S | 57 e 61 |



[Assinatura]



| | | | |
|---|--|-----|---------|
| 13.019/14 e LDO para o exercício vigente? | | | |
| 25. Consta comprovação de que o conveniente está cumprindo com os limites constitucionais relativos à educação e a saúde , conforme inciso VI, §2º, Art. 3º, da IN-TCE/TO nº 04/2004, c/c alínea "b", IV, §1º, art. 25, LC nº 101/2000? | | NIA | |
| 26. Consta nos autos documento que comprove que o beneficiário cumpriu com os limites relativos às dividas consolidada e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, inscrição em restos a pagar e despesa total com pessoal conforme inciso VII, §2º, Art. 3º, da IN-TCE/TO nº 04/2004? | | NIA | |
| 27. Quando Município, este fez enviou comprovante de disponibilização do acesso às informações , conforme instrui o art. 73-C, da LC nº 101/2000, o qual sujeita o ente federado, às sanções previstas no mesmo dispositivo legal? | | NIA | |
| 28. Consta no Edital do Chamamento Público os requisitos contidos nos art's 8º e 24 da Lei 13.019/14? | | NIA | |
| 29. Quanto a entidades privadas sem fins lucrativos , consta declaração de que não há dirigentes elencados no inciso II, Art. 10, da Portaria Interministerial nº 507/2011? | | S | 48 |
| 30. Consta cópia do certificado ou comprovante do Registro de Entidade de Fins Filantrópicos , fornecido pelo Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, quando for o caso? | | NIA | |
| 31. Consta comprovação do exercício pleno dos poderes inerentes à propriedade do imóvel, mediante certidão emitida pelo cartório de registro de imóveis competente , quando o convênio tiver por objeto a execução de obras ou benfeitorias no respectivo imóvel? | | NIA | |
| 32. A minuta do Termo de Colaboração ou Termo de Fomento . | | S | 80 a 88 |
| 33. Os autos foram instruídos com pareceres | | S | 90 a 95 |



A



| | | | |
|---|--|-----|--|
| jurídicos (art. 35, V e VI, da Lei nº 8.666/93)? | | | |
| FASE DE CONTRATUALIZAÇÃO | | | |
| 34. O original do Termo de Colaboração ou Termo de Fomento foi assinado pelas partes e testemunhas, estando todas devidamente qualificadas, (art. 11, I, da Lei 13.019/1)? | | N | |
| 35. O extrato do Termo foi publicado no DOU anexado ao processo (art. 38, Lei nº 13.019/14)? | | N | |
| 36. Consta justificção emitida pelo órgão concedente de que a instituição complementa de forma adequada os serviços prestados diretamente pelo setor público? (Lei 3.048/2015, art. 34, Caupt.) | | N/A | |
| FASE DE EXECUÇÃO DO CONVÊNIO | | | |
| 37. Consta a designação do fiscal do contrato e publicação da mesma (art. 8º, III, Lei nº 13.019/14)? | | N | |
| Obs. Recomenda-se a utilização do Check List específico para fiscal de contrato, disponível no site desta Controladoria. | | | |

Assinatura do Servidor:
Matricula nº:

Cícero Dias Neto
Cícero Dias Neto
Mat.: 449249-3 ASAD/SEAGRO



Despacho nº341/2016/ASAD

Interessado: Secretaria do Desenvolvimento da Agricultura e Pecuária

Assunto: Concessão de Convênio

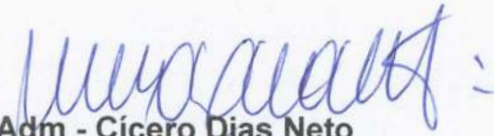
Processo: 2016 3300 000247

Trata-se o presente de análise da documentação apensada aos autos até a presente data, destinado a concessão de convênio ao Sindicato Rural da Lagoa da Confusão, para apoio à realização da Exposição Agropecuária daquele município.

Analizando que não há falhas que comprometam seu rito processual até o momento e atendido todas as condicionantes estabelecidas pelos opinativos administrativos, encaminhe-se a Gerencia de Convênios, Contratos e Patrimônio para continuidade do processo, observando a necessidade de:

- Juntar a Certidão de regularidade junto ao Corpo de Bombeiros Militar de Estado do Tocantins, conforme preconiza o art. 1ºA da lei 1.787/2007;
- Juntar Alvará de Funcionamento emitido pela Prefeitura Municipal e,
- Atualizar as certidões vencidas no ato a assinatura do termo de colaboração e no pagamento.

ASSESSORIA DE ANÁLISES DE DOCUMENTOS, aos 30 dias do mês junho de 2016.


Adm - Cícero Dias Neto
Assistente Administrativo



Controladoria Geral
do EstadoGOVERNO DO
TOCANTINSCERTIDÃO DE REGULARIDADE
DE TRANSFERÊNCIA VOLUNTÁRIA

Número: 806

Nome: **SINDICATO RURAL DE LAGOA DA CONFUSÃO**Inscrição no CNPJ: **01.877.040/0001-89**Endereço: **RUA MARTINS PAZ SILVA Q 63 LT 14 SALA 03, Lote 1667, SETRO CENTRAL, Lagoa da Confusão, TO, CEP 77493000**

A Controladoria Geral do Estado do Tocantins, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 31, do Decreto de Execução Orçamentária nº 5.378, de 16 de fevereiro de 2016, certifica que nesta data a requerente acima identificada encontra-se em situação **ADIMPLENTE** perante o Sistema de Acompanhamento de Convênios.

Emissão: 30/06/2016 às 14:38:26 hora(s).

Validade: O prazo de validade da certidão é de 5 dias da data de sua emissão.

Esta Certidão foi emitida via INTERNET e pode ser autenticada acessando:

http://www.gestao.cge.to.gov.br/convenios/certidoes_conveniente/certidoes_conveniente.php?numCertidao=806&anoCertidao=2016

Praça dos Girassóis, Palmas - Tocantins - CEP: 77001-002

Tel: +55 63 3218 2563 - www.cge.to.gov.br



LAGOA DA CONFUSÃO

PRA FRENTE LAGOA
Adm. 2013/2015

ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DA CONFUSÃO

ALVARÁ DE LICENÇA Nº 238/2016

INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº 001.844/2.010

LEONCIO LINO DE SOUSA NETO, Prefeito Municipal de **LAGOA DA CONFUSÃO**, Estado do Tocantins, através do setor de tributação e de acordo com a Lei Complementar nº 716/2.015, resolve:

Conceder à firma **SINDICATO RURAL DE LAGOA DA CONFUSÃO**, Alvará de Licença, para exercer suas atividades, no exercício de 2.016, enquanto satisfazer as exigências legais, conforme as indicações seguintes:

1º - Denominação do Estabelecimento: **SINDICATO RURAL**

2º - Ramo: **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.**

3º - Atividade Principal: **DEFESA DOS INTERESSES DOS ASSOCIADOS .**

4º - Endereço do Estabelecimento: **Rua Martins Paz da Silva Qd 63 Lt 14 Sala 03 - Centro - Lagoa da Confusão - TO**

5º - Início das Atividades: **29/03/2.010.**

6º - Responsável pela firma: **Elder Paulo Zanfra.**

Lagoa da Confusão - TO, 04 de Abril de 2016

Validade: 31 de Dezembro de 2.016.

ANTONIO RODRIGUES SOARES

Deputado Municipal

ANGELO RODRIGUES DE SOUSA

Secretário Municipal de Fazenda

AFIXAR EM LUGAR VISÍVEL



ESTADO DO TOCANTINS
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR
DIRETORIA DE SERVIÇOS TÉCNICOS
PROTOCOLO DE EVENTO
XV EXPO LAGOA 2016

EVENTO N.º: 001922/2016 -- DATA DE ENTRADA: 15/06/2016

DATA DO EVENTO: 10/07/2016 a 17/07/2016

ORGANIZADOR: SINDICATO RURAL DE LAGOA DA CONFUSÃO

CNPJ: 01.877.040/0001-85

ENDEREÇO: AVENIDA VITORINO PANTA

BAIRRO: PARQUE DE EXPOSIÇÃO

COMPLEMENTO: ANTIGA RODOVIA 262

CIDADE: LAGOA DA CONFUSÃO/TO

TELEFONE: (63)8117-9474

PROTOCOLISTA: LUCIANA LIMA MONTELO E SILVA

Palmas - Diretoria de Serviços Técnicos - (63) 3218-4716

Araguaína - Seção de Serviços Técnicos - 3ª Cia BM - (63) 3413-1988

Gurupi - Seção de Serviços Técnicos - 4ª Cia BM - (63) 3313-2604

Porto Nacional - Seção de Serviços Técnicos - 5ª Pel BM - (63) 3363-1911

Consulta On-line: <http://www.bombeiros.to.gov.br>

IMPRIMER

VOLTAR



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 01877040/0001-89
Razão Social: SINDICATO RURAL DE LAGOA DA CONFUSAO
Nome Fantasia: SINDICATO RURAL
Endereço: AV VITORINO PANTA SN 0 / CENTRO / LAGOA DA CONFUSAO / TO / 77493-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 25/06/2016 a 24/07/2016

Certificação Número: 2016062502325997802102

Informação obtida em 05/07/2016, às 09:38:19.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS
SECRETARIA DA FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO TRIBUTÁRIA
DIRETORIA DE GESTÃO DE CRÉDITOS FISCAIS
COORDENADORIA DA DÍVIDA ATIVA

Número da Certidão:

1531804



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO - PESSOA JURÍDICA

IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE:

RAZÃO SOCIAL SINDICATO RURAL DE LAGOA DA CONFUSÃO

CNPJ 01.877.040/0001-89

INSCRIÇÃO ESTADUAL:

ATIVIDADE ECONÔMICA:

ENDEREÇO: RB VITORINO PANTA, SN, CENTRO - ZONA URBANA

MUNICÍPIO LAGOA DA CONFUSÃO - TO

FINALIDADE:

CONVÊNIO

HISTÓRICO:

NÃO CONSTA DÉBITO INSCRITO EM DÍVIDA ATIVA

Fundamentação Legal - Arts. 65, 66 e 67 da Lei 1288, de 28 de Dezembro de 2001. Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual, inscrever e cobrar qualquer dívida de responsabilidade do contribuinte acima, que vier a ser apurada.

Validade - O prazo de validade da certidão é de trinta dias contado da data da sua emissão.

A autenticidade desta Certidão deverá ser confirmada via Internet, no endereço <http://www.to.gov.br/sefaz>

A Certidão expedida com erro, dolo, simulação ou fraude, responsabiliza, pessoalmente, o servidor que a expediu, pelo crédito tributário, assegurando o direito de regresso.

Data Emissão: Terça-feira, 5 de Julho de 2016 - 09h 33m 39s

Emitida Via INTERNET

Atenção:

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Esta certidão esta vinculada ao número do CPF, CNPJ ou Inscrição Estadual.



TERMO DE CONVÊNIO Nº. 18/2016
SGD Nº 2016/33009/008347

**TERMO DE CONVÊNIO Nº 18/2016 QUE ENTRE SI
CELEBRAM O ESTADO DO TOCANTINS, POR INTERMÉDIO
DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DA
AGRICULTURA E PECUÁRIA, E O SINDICATO RURAL DE
LAGOA DA CONFUSÃO, PARA FINS QUE ESPECIFICA.**

O **ESTADO DO TOCANTINS**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 01.786.029/0001-03, com sede no Palácio Araguaia, Praça dos Girassóis, s/nº, nesta Capital, por intermédio da **SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA**, inscrito no CNPJ nº 25.089.137/0001-95, situada Av. NS 10, 112 Norte, CEP 77006-168, nesta Capital, neste ato representado pelo Secretário de Estado, Senhor **CLEMENTE BARROS NETO**, nomeado pelo Ato nº 31 – NM Diário Oficial nº 4.288, dia 02 de janeiro de 2015, doravante denominado **CONCEDENTE**, e o **SINDICATO RURAL DE LAGOA DA CONFUSÃO**, pessoa jurídica inscrita no CNPJ nº 01.877.040/0001-89, sediada à Rua Martins Paz Silva, LT. 14, Nº. 1667, Sala 03, Setor Central – Lagoa da Confusão – TO, CEP: 77.493-000, neste ato representado pelo Presidente, o Senhor (a) **ELDER PAULO ZANFRA**, portador da cédula de identidade RG nº 5.032.156.456 SSP/RS, inscrito (a) no CPF sob nº 424.844.210-87, residente e domiciliado (a) Rua Manoel Pereira Alves, nº.1.715, Centro, Lagoa da Confusão - TO, doravante denominada **CONVENIENTE**.

RESOLVEM celebrar o presente Termo de Convênio, conforme minuta examinada pela ASJUR/SEAGRO através do Parecer nº 103/2016, opinativo, acostado no processo administrativo nº 2016.33000.00247, sujeitando-se os partícipes às disposições contidas na Lei nº 8.666/93, e suas alterações; Instrução Normativa/TCE-TO nº. 004/04, IN-STN nº. 001/97 e suas alterações, Portaria Interministerial CGU/MF/MP 507/2011 e demais legislações aplicáveis à matéria, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO: O presente CONVÊNIO tem por objeto o repasse ao CONVENIENTE do valor total de R\$ 171.500,00 (Cento e setenta e um mil quinhentos reais), sendo R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais), proveniente de emenda Parlamentar, e R\$ 21.500,00 (vinte e um mil e quinhentos reais) recurso do tesouro a fim de apoiar a realização da XVI Exposição Agropecuária de Lagoa da Confusão- EXPOLAGOA 2016 a ser realizada nos dias 10 a 17 de julho do corrente





ano, tendo como objeto principal, o desenvolvimento do setor rural, fomentando o agropecuário, desenvolvendo uma programação voltada para os produtores e trabalhadores rurais, trazendo novas tecnologias, reciclagem de conhecimento, workshops, incentivar a comercialização de máquinas e implementos agrícolas, gerar empregos, fortalecer a economia, divulgar o município e Estado do Tocantins, de forma a assegurar a sustentabilidade sócio- econômico.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PLANO DE TRABALHO: Para alcance do objeto pactuado, os partícipes obrigam-se a cumprir o Plano de Trabalho especialmente elaborado e que passa a fazer parte integrante deste CONVÊNIO, independente de transcrição, o qual vem acostado as fls.09 /12 nos autos do processo administrativo n. 2016.33000.000247.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES:

I – A CONCEDENTE compete:

- a) Orientar, supervisionar e fiscalizar o trabalho conveniado, cabendo-lhe, especialmente, acompanhar as atividades e ações a serem executadas; verificar a exata aplicação dos recursos deste CONVÊNIO e avaliar os resultados;
- b) Promover o repasse do recurso financeiro, de acordo com o Cronograma de Desembolso.
- c) Responsabilizar-se pelo planejamento estratégico, normatização, coordenação e auditoria das atividades do presente CONVÊNIO, através da Diretoria de Política para Pecuária;
- d) Facultar ao CONVENIENTE a utilização de dados e informações técnicas necessárias ao desempenho das atividades do presente CONVÊNIO e do seu Plano de Trabalho;
- e) Atribuir ao(a) Diretor(a) da Diretoria de Política para Pecuária as funções de supervisão da execução das ações decorrentes deste
- f) CONVÊNIO, de assessoramento no planejamento estratégico e da realização das auditorias técnicas;
- g) Assinado o CONVÊNIO, dar ciência à Assembleia Legislativa, nos termos do parágrafo 2º, do art. 116 da Lei nº. 8.666/9.



[Handwritten signatures and marks]



II – Ao CONVENIENTE, compete:

- a) Executar direta ou indiretamente os trabalhos necessários à consecução do objeto deste CONVÊNIO, observando os critérios de qualidade técnica, prazos e custos previstos no Plano de Trabalho;
- a) Alocar recurso financeiro, de acordo com as necessidades de desenvolvimento do CONVÊNIO, para composição de contrapartida;
- b) Proporcionar condições institucionais, técnicas e operacionais capazes de atender às necessidades de execução das ações constantes do CONVÊNIO e do Plano de Trabalho;
- c) Aplicar os recursos repassados pela CONCEDENTE inclusive os rendimentos de aplicação no mercado financeiro, bem como os correspondentes a sua contrapartida, exclusivamente no objeto do presente CONVÊNIO;
- d) Apresentar os relatórios de execução físico-financeira e prestar contas do recurso recebido, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do término da vigência, observada a forma prevista na IN/TCE nº 04/2004, IN-STN nº 01/97 e suas respectivas alterações, Portaria Interministerial CGU/MF/MP 507/2011 e demais legislações aplicáveis à matéria.
- f) Manter registros contábeis e controles financeiros separados, de forma adequada a refletirem, de acordo com as práticas de contabilidade geralmente aceitas, as operações, recursos e despesas referentes à execução do CONVÊNIO;
- g) Manter durante a execução do convênio as condições de habilitação previstas no artigo 55 da lei n. 8666/93.
- h) Fornecer à CONCEDENTE, sempre que solicitadas, informações quanto aos registros, às contas e às auditorias realizadas;
- i) Propiciar no local, os meios e condições necessárias para que a CONCEDENTE possa realizar as inspeções;
- j) Arcar com quaisquer ônus de natureza trabalhista, previdenciária ou social, acaso decorrentes da execução do presente instrumento;





k) Restituir eventual saldo de recursos à CONCEDENTE, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras, no prazo de 30 (trinta) dias da conclusão, extinção, denúncia ou rescisão do presente CONVÊNIO;

l) Restituir ao Estado do Tocantins, nas hipóteses previstas no inciso XII do art. 7º da IN-STN nº 01/97 e sem embargos do constante no § 6º do art. 116 da Lei 8.666/93, o valor transferido atualizado monetariamente, desde a data do recebimento, acrescido de juros legais, na forma da legislação aplicável aos débitos para com a Fazenda Nacional;

m) Recolher a conta da Unidade Concedente o valor correspondente a rendimento de aplicação financeira no mercado financeiro, nos termos do inciso VIX do art. 7º da IN-STN nº

n) 01/97 correspondente ao percentual da contrapartida pactuada, não aplicada na consecução do objeto do CONVÊNIO;

o) Recolher a conta da Unida Concedente o valor correspondente a rendimento de aplicação financeira no mercado financeiro, nos termos do inciso XIV do art. 7º da IN-STN nº. 01/97;

p) Os recolhimento e restituições anteriormente previstos, quando ocorrerem no exercício seguinte ao da liberação, deverão ser efetuados diretamente ao Tesouro Estadual;

q) O CONVENIENTE sujeitar-se-á quando da execução de despesas com os recursos transferidos às disposições da Lei nº 8.666/93, especialmente a licitação e contratos, admitida a possibilidade de licitação prevista na Lei nº 10.520/02, nos casos em que especifica, conforme determina o art. 27 da IN-STN nº 01/97.

CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS:

Para execução das atividades previstas neste CONVÊNIO, no presente exercício, dar-se-á o valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), oriundos de emenda parlamentar, conforme Programa de Trabalho nº. 20573114820100000, fonte nº 0104201616, natureza da despesa nº 33.50.41 e R\$ 21.500,00 (vinte e um mil e quinhentos reais), oriundos de recurso do tesouro, fonte nº. 0100888888, natureza da despesa nº 33.50.41.



[Handwritten signatures and initials]



Parágrafo único- O presente recurso não haverá contrapartida por parte do Conveniente, por se tratar de Emenda Parlamentar.

CLÁUSULA QUINTA – DA LIBERAÇÃO DO RECURSO: O recurso financeiro será liberado em parcela única, de acordo com o Cronograma de Desembolso constante no Plano de Trabalho, a partir da publicação deste CONVÊNIO no Diário Oficial do Estado do Tocantins.

Parágrafo único: O recurso financeiro liberado será depositado e gerido em conta corrente do Banco do Brasil.

CLÁUSULA SEXTA – DA MOVIMENTAÇÃO DO RECURSO: O recurso financeiro referente ao presente CONVÊNIO será mantido na Conta Corrente nº. 11.612-2, Agência nº 3983-7.

Parágrafo primeiro: O recurso será mantido em conta bancária específica, somente sendo permitidos saques para o pagamento de despesas previstas no Plano de Trabalho, mediante cheque nominativo ao credor ou ordem bancária, ou para aplicação no mercado financeiro, obedecendo ao seguinte critério:

I – Os recursos transferidos, enquanto não empregados na sua finalidade, serão aplicados obrigatoriamente:

- a) Em caderneta de poupança de instituição financeira oficial, se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês;
- b) Em fundo de aplicação financeira de curto prazo, ou operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública federal, quando sua utilização estiver prevista para prazos menores de 01 (um) mês.

Parágrafo segundo: Os rendimentos das aplicações financeiras serão, obrigatoriamente, aplicados no objeto deste CONVÊNIO, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidos para os recursos transferidos.

Parágrafo terceiro: As receitas oriundas dos rendimentos da aplicação de mercado financeiro não poderão ser computadas como contrapartida devida pelo CONVENIENTE.



CLÁUSULA SÉTIMA – DA EXECUÇÃO: O presente CONVÊNIO deverá ser fielmente executado pelas partes, de acordo com as cláusulas pactuadas e a legislação pertinente, respondendo cada uma pelas conseqüências de sua inexecução total ou parcial.

Parágrafo único: O prazo para execução do presente CONVÊNIO será aquele previsto no Plano de Trabalho, parte integrante deste.

CLÁUSULA OITAVA – DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO: Fica assegurado ao CONCEDENTE, através dos órgãos responsáveis, a prerrogativa de conservar a autoridade normativa e o exercício do controle e da fiscalização sobre a execução deste CONVÊNIO.

Parágrafo primeiro: No caso de paralisação, ou de fato relevante que venha a ocorrer, fica, também assegurado a CONCEDENTE a faculdade de assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do serviço, de modo a evitar sua descontinuidade.

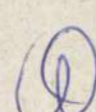
Parágrafo segundo: Aos servidores da Controladoria Geral do Estado, investidos da missão de fiscalização ou auditorias, fica garantido o livre acesso, a qualquer tempo e lugar, a todos os atos e fatos relacionados direta e indiretamente com o presente CONVÊNIO.

CLÁUSULA NONA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA: O prazo de vigência do presente CONVÊNIO terá seu termo inicial contado a partir da sua assinatura, tendo seu termo final em **31 de dezembro de 2016**, podendo ser prorrogado ou alterado se houver interesse das partes.

Parágrafo único: Havendo atraso na liberação do recurso, o prazo será prorrogado de ofício pelo CONCEDENTE, pelo exato período do atraso verificado.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA ALTERAÇÃO: O presente CONVÊNIO poderá ser alterado através de TERMO ADITIVO, mediante proposta do CONVENIENTE, devidamente justificada, a ser apresentada em prazo mínimo de 30 (trinta) dias antes do término de sua vigência, que vier a ser fixado pelo ordenador de despesa do CONCEDENTE, levando-se em conta o tempo necessário para análise e decisão.

Parágrafo primeiro - O CONCEDENTE rejeitará qualquer proposta de aditamento que versar sobre alteração do objeto deste CONVÊNIO, entendido como tal a modificação, ainda que parcial, da finalidade definida no correspondente Plano de Trabalho.





Parágrafo segundo - O CONVENIENTE poderá propor, excepcionalmente, a reformulação do Plano de Trabalho para alteração da programação da execução deste CONVÊNIO, que será apreciada pelo CONCEDENTE.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO: O presente CONVÊNIO poderá ser denunciado pelos partícipes e rescindido a qualquer momento, ficando as partes responsáveis pelas obrigações decorrentes do tempo de vigência, e creditando-se lhes, igualmente, os benefícios adquiridos no mesmo período.

Parágrafo único - O inadimplemento de qualquer CLÁUSULA deste instrumento, a utilização de recursos em desacordo com o Plano de Trabalho, a aplicação de recursos no mercado financeiro em desacordo com o disposto no § 1º da Cláusula Sexta, bem como a falta de apresentação da Prestação de Contas Final, no prazo previsto, ensejará a sua rescisão, com a imediata instauração da competente Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS FINAL: O CONVENIENTE ficará sujeito a apresentar a Prestação de Contas Final do total de recursos recebidos, até 60 (sessenta) dias após o término da vigência do convênio, que será constituída de relatório de cumprimento do objeto, acompanhada de:

- a) Plano de Trabalho, integrante deste CONVÊNIO;
- b) Cópia do presente Instrumento, com a indicação da data de sua publicação;
- c) Anexos I, II, III, IV, V, VI e VII, da Instrução Normativa TCE-TO nº 04/2004, devidamente preenchidos;
- d) Extrato da conta bancária específica do período do recebimento da 1ª parcela até o último pagamento e conciliação bancária, quando for o caso;
- e) Cópia do termo de aceitação definitiva da obra se for o caso;
- f) Comprovante de recolhimento do saldo de recursos se houver;
- g) Cópia do despacho adjudicatório e homologação das licitações realizadas ou justificativa para sua dispensa ou inexigibilidade com o respectivo embasamento legal;
- h) Demais documentos previstos no art. 4º da IN/TCE-TO nº 04/2004, quando for o caso.

Parágrafo primeiro - As faturas, notas fiscais, recibos e quaisquer outros documentos comprobatórios de despesas serão emitidos em nome do CONVENIENTE, com a identificação do título e número deste CONVÊNIO e mantidos em arquivo em boa ordem, nas dependências do CONVENIENTE, à disposição dos órgãos de controle interno e externo, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contada da



[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]

aprovação da prestação ou tomada de contas do Gestor da CONCEDENTE, relativa ao exercício em que ocorreu a concessão.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS: O CONVENIENTE compromete-se a restituir à CONCEDENTE:

I - O valor transferido, atualizado monetariamente, acrescido de juros legais, na forma da legislação aplicável aos débitos para com a Fazenda Nacional, a partir da data de seu recebimento, nos seguintes casos:

- a) Inexecução do objeto;
- b) Falta de apresentação da prestação de contas parcial ou total, no prazo exigido; e.
- c) Utilização dos recursos em finalidade diversa da estabelecida no presente CONVÊNIO.

II - O valor, atualizado monetariamente, na forma prevista no inciso XII do art. 7º da IN/STN nº 01/97, correspondente ao percentual da contrapartida pactuada, não aplicada na consecução do objeto do convênio.

III - O valor correspondente a rendimentos, de aplicação no mercado financeiro, referente ao período compreendido entre a liberação do recurso e sua utilização, quando não comprovar o seu emprego na consecução do objeto deste CONVÊNIO ainda que não tenha feita aplicação.

IV - Os eventuais saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas em aplicações financeiras realizadas, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, contados da data da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção deste CONVÊNIO.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA DIVULGAÇÃO: Em qualquer ação promocional, em função deste CONVÊNIO deverá ser, obrigatoriamente, consignado que o evento, peça, curso ou material só foi possível mediante a participação da CONCEDENTE através do Convênio/Secretaria de Desenvolvimento da Agricultura e Pecuária nº 18/2016. Inclui-se nessa obrigação matéria jornalística destinada à divulgação, em qualquer veículo de comunicação social, convites, folhetos, impressos em geral, tanto para circulação interna como externa.



[Handwritten signature]

[Handwritten mark]



Parágrafo primeiro - As peças ou comprovantes resultantes do cumprimento desta Cláusula serão anexadas à prestação de contas submetidas à análise da CONCEDENTE.

Parágrafo segundo - Fica vedado às partes utilizar nos empreendimentos resultantes deste CONVÊNIO nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO: A publicação resumida deste CONVÊNIO, no Diário Oficial do Estado, será providenciada pela CONCEDENTE até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao da assinatura, para ocorrer no prazo de até 20 (vinte) dias daquela data.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO: Para dirimir quaisquer questões decorrentes deste CONVÊNIO, que não possam ser resolvidos pela mediação administrativa, as partes elegem o foro especial da Comarca de Palmas – TO.

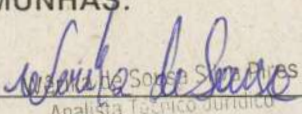
E por estarem assim justas e de acordo, firmam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Palmas - TO, 05 de julho de 2016.


Clemente Barros Neto
Secretário de Estado
CONCEDENTE


Elder Paulo Zanfro
CONVENENTE

TESTEMUNHAS:

1) 
Nome: Maria do Socorro Silva
CPF: _____
Mat.: 11195983 SEAGRO-TO

2) _____
Nome: _____
CPF: _____



EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO Nº. 18/2016

Processo nº: 2016.3300.000247

Termo de Convênio: 18/2016

Concedente: Secretaria da Agricultura e Pecuária.

CNPJ: 25.089.137/0001-95

Conveniente: Sindicato Rural de Lagoa da Confusão

CNPJ: 01.877.040/0001-89

Objeto: O presente CONVÊNIO tem por objeto apoiar a realização da XVI EXPOLAGOA, a ser realizada nos dias 10 a 17 de julho de 2016, tendo como objetivo principal, o desenvolvimento do setor rural, fomentando o agropecuário, desenvolvendo uma programação voltada para os produtores e trabalhadores rurais, trazendo novas tecnologias, reciclagem de conhecimento, workshops, incentivar a comercialização de máquinas e implementos agrícolas, gerar empregos, fortalecer a economia, divulgar o município e Estado do Tocantins, de forma a assegurar a sustentabilidade sócio- econômico.

VALOR TOTAL: 171.500,00 (cento e setenta e um mil e quinhentos reais), sendo R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), oriundos de emendas parlamentares dos Dep. Paulo Mourão.

CONCEDENTE: R\$ 21.500,00 (vinte e um mil e quinhentos reais).

Fonte de Recurso: Programa de Trabalho nº 20573114820100000, fonte nº 0104201616 e 0100888888, natureza da despesa nº 33.50.41.

Vigência: 31 de dezembro de 2016.

Data da Assinatura: 05 de julho de 2016.

Nota de Empenho: nº. 2016 NE 00545 e 2016 NE 00546.

Signatários: Clemente Barros Neto – Secretário da Agricultura e Pecuária e Elder Paulo Zanfra – Presidente de Sindicato Rural de Lagoa da Confusão.

PORTARIA/SEAGRO Nº 154/2016

SGD: 2016 33009 008715

O SECRETÁRIO DO DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA, no uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Constituição do Estado e demais legislações correlatas, **RESOLVE**:

Art. 1º – Designar os servidores nominados para, sem prejuízo de suas atribuições normais, exercerem os encargos de Fiscal de Convênio e respectivo substituto, para o caso de impedimento e afastamento legal do titular, do Convênio elencado a seguir:

| FISCAL | SUBSTITUTO | CONVÊNIO | Proc. Nº | OBJETO - CTO |
|--|---|----------|-----------------|--|
| SANDRA DOS SANTOS MENDES CORREIA matricula 1008358-5 | ROGÉRIO CARDOSO DE SOUZA matricula 11179740-1 | 18/2016 | 2016/3300/00247 | CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIO ENTRE SEAGRO E SINDICATO RURAL DE LAGOA DA CONFUSÃO, EM APOIO A REALIZAÇÃO DA XVI EXPOLAGOA/2016. |

Art. 2º – São atribuições do Fiscal:

I – Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das cláusulas avençadas no contrato;

II – Anotar em registro próprio, em forma de relatório, as irregularidades encontradas, as providências que determinaram os incidentes verificados e o resultado dessas medidas, bem como informar por escrito à **GAC-Gerência de Associativismo e Cooperativismo**;

III – Determinar providências de retificação das irregularidades encontradas e incidentes, imediatamente comunicar através de relatório à **GAC-Gerência de Associativismo e Cooperativismo** para ciência e apreciação das providências;

IV – Relatar o resultado das medidas retificadoras, de forma conclusiva ao prosseguimento ou não do convênio;

